



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da
Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Palácio do Planalto, 13 de fevereiro de 2003

Eu quero crer que cada um de vocês deva estar tomado da mesma sensação de que eu estava tomado, no ato que nós fizemos, e estou novamente, agora. Eu acredito que nenhum de vocês vai ter, por alguns dias, noção do que vocês estão fazendo por este país.

Eu acho que, se cada um de vocês, daqui para frente, trabalhar, como eu imagino que vocês queiram trabalhar, se cada um de vocês colocar para funcionar o máximo que vocês têm de vontade, de inteligência política, neste Conselho, quem sabe nós poderemos, daqui a alguns dias, dizer que todos nós fomos responsáveis por consolidar, definitivamente, a democracia no nosso país. Porque a democracia institucional, tal como nós aprovamos na Constituição de 88, já está mais ou menos garantida. Mas nós sabemos que a democracia definitiva só irá acontecer quando, neste país, nós soubermos que todos, sem distinção de credo religioso, de raça, sem distinção da origem social, tenham tido acesso às coisas elementares que todo ser humano deva ter: o direito de trabalhar, o direito de morar, o direito de estudar, o direito de ter acesso à saúde e o direito de tomar café, almoçar e jantar todo santo dia.

Se nós dermos a nossa contribuição para isso, eu acho que todos nós passaremos para a história do Brasil como as pessoas que um dia, tomadas do sentido da justiça social, abriram mão de algum interesse pessoal para pensar nos interesses coletivos.

Com essas palavras eu quero considerar instalado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e passar a palavra ao nosso companheiro Tarso Genro, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.



Muito obrigado. Bom trabalho. Eu vou ficar aqui mais um pouco, porque quero ouvir as palestras do Wagner, do Ricardo Berzoini e do Palocci, para ver se eles me convencem realmente da necessidade das reformas de que tanto nós falamos aqui. Tarso, é com você.

/rsm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da
Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Palácio do Planalto, 13 de fevereiro de 2003

Eu quero crer que cada um de vocês deva estar tomado da mesma sensação de que eu estava tomado, no ato que nós fizemos, e estou novamente, agora. Eu acredito que nenhum de vocês vai ter, por alguns dias, noção do que vocês estão fazendo por este país.

Eu acho que, se cada um de vocês, daqui para frente, trabalhar, como eu imagino que vocês queiram trabalhar, se cada um de vocês colocar para funcionar o máximo que vocês têm de vontade, de inteligência política, neste Conselho, quem sabe nós poderemos, daqui a alguns dias, dizer que todos nós fomos responsáveis por consolidar, definitivamente, a democracia no nosso país. Porque a democracia institucional, tal como nós aprovamos na Constituição de 88, já está mais ou menos garantida. Mas nós sabemos que a democracia definitiva só irá acontecer quando, neste país, nós soubermos que todos, sem distinção de credo religioso, de raça, sem distinção da origem social, tenham tido acesso às coisas elementares que todo ser humano deva ter: o direito de trabalhar, o direito de morar, o direito de estudar, o direito de ter acesso à saúde e o direito de tomar café, almoçar e jantar todo santo dia.

Se nós dermos a nossa contribuição para isso, eu acho que todos nós passaremos para a história do Brasil como as pessoas que um dia, tomadas do sentido da justiça social, abriram mão de algum interesse pessoal para pensar nos interesses coletivos.

Com essas palavras eu quero considerar instalado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e passar a palavra ao nosso companheiro Tarso Genro, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.



Muito obrigado. Bom trabalho. Eu vou ficar aqui mais um pouco, porque quero ouvir as palestras do Wagner, do Ricardo Berzoini e do Palocci, para ver se eles me convencem realmente da necessidade das reformas de que tanto nós falamos aqui. Tarso, é com você.

/rsm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de assinatura de projetos de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO

Palácio Itamaraty, 14 de fevereiro de 2003

Meu caro diretor-geral da FAO, Jaques Diouf,
Demais representantes da FAO presentes neste ato,
Ministros de Estado,
Meus amigos da imprensa,

O combate à fome só vai acontecer de verdade, no mundo, quando a fome for transformada num problema político. E, quando falo num problema político, não é o de filiar os famintos a um partido. Quando falo em um problema político é quando os famintos começarem a preocupar os governantes.

Um faminto, a pessoa que está desnutrida e com fome, não tem sindicatos, não tem partido político. Muitas vezes, não tem nem representantes no Parlamento, de uma Câmara de Vereadores a uma Câmara de Deputados. Às vezes, são levados para votar, tratados como se não fossem seres humanos.

Eu sempre achei que para combater a fome é preciso, em primeiro lugar, convencer os que comem a estender a mão para os que não comem. E eu sei que é difícil uma pessoa que levanta de manhã e toma o seu belo café, almoça e janta todo dia, ter preocupação com alguém que está passando fome, que às vezes está muito distante ou que, às vezes, está próximo, mas está dentro de um lugar que as pessoas quase não conseguem ver.

Eu diria que combater a fome é uma combinação entre a ação política do Estado, a ação de solidariedade da sociedade, mas, sobretudo, em alguns casos, é necessário mexer com a mente e com os corações das pessoas que podem mais



porque têm mais poder aquisitivo.

Não é fácil acabar com a fome. Depois do grande encontro de Roma, em 1996, 112 Chefes de Estado se comprometeram a acabar com a fome em 2015, e, hoje, a constatação é que nós estamos longe de acabar com a fome em 2015. A previsão, agora, pelo pouco caso daqueles que assumiram o compromisso e que não o fizeram, é que possivelmente, pelos parâmetros do encontro de 1996, em Roma, teria que se esperar 2050 para acabar com a fome.

Eu estou convencido que é preciso dinheiro para acabar com a fome. Mas, eu estou mais convencido, ainda, de que o dinheiro é apenas uma parte dos problemas, ou uma parte do problema. É preciso que haja, sobretudo, determinação política do governante mas, também, determinação política de cada ser humano da face da Terra, que se envergonhe de estar comendo, na sua casa ou num restaurante, sabendo que bem próximo dele tem uma criança em algum lugar do mundo morrendo porque não consumiu as calorias e as proteínas necessárias.

Eu sei que muita gente gostaria que eu já tivesse acabado com a fome, no Brasil. Tem gente que, quando nós anunciamos o projeto, no dia seguinte já estava cobrando: “Não acabou com a fome ainda?”.

E eu confesso que não dá para quantificar a hora e o momento em que nós vamos acabar com a fome, no Brasil. O que dá para afirmar, aos membros da FAO, presentes nesse ato, é que nós precisamos transformar a fome no mais elementar dos direitos humanos, em todo o planeta Terra. Porque, enquanto o problema da fome for apenas dos que estão com fome, nós não iremos resolver a questão da fome.

O que eu posso garantir à Direção da FAO é que durante 24 horas por dia todos os membros do meu Governo – e se puder contribuir para que todas as pessoas sensatas deste país ajam como o Governo – estarão tomando cada decisão pensando em como fazer chegar o alimento na casa de uma pessoa.

E não existe uma única fórmula. É preciso fazer a economia do país voltar a crescer, é preciso gerar empregos, é preciso fazer reforma agrária, é preciso



melhorar a educação, é preciso melhorar a saúde.

E nós temos clareza: possivelmente, o nosso projeto de combate à fome não seja o mais perfeito do mundo. Mas eu duvido que no mundo tenha um mais perfeito que o nosso.

E ele não foi feito pelo Governo, ou como peça de um candidato. O projeto Fome Zero foi elaborado sob a coordenação do ministro Graziano que, na época, era meu assessor no Instituto de Cidadania, mas envolveu grande parte das pessoas que, neste país, um dia, se preocuparam com a fome.

Há 40 dias, ou há 2 meses, alguém poderia dizer: “Bom, mas esse projeto de combate à fome é uma peça política do candidato Lula”. Não era quando eu era candidato e não é agora. O combate à fome é um compromisso ético, moral, cristão. É, sobretudo, uma profissão de fé, de estender as mãos para aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades que eu tive. É o mínimo que se espera de um Governo, é o mínimo que se espera de um homem público.

Lamentavelmente, a elite brasileira e, dentro da elite brasileira, até grandes setores da nossa gloriosa imprensa, estão acostumados com outro tipo de Governo: um Governo em que todos os recursos públicos disponíveis são utilizados para atender a demanda daqueles que, necessariamente, não deveriam precisar do Estado.

E nós queremos fazer o contrário. Nós queremos utilizar todo o potencial que o Estado tiver para fazer políticas públicas, na tentativa de devolver para o povo cada centavo em forma de um benefício qualquer que signifique, para ele, ser tratado com dignidade e com o respeito que todo ser humano tem.

Eu sou um sonhador. Por natureza, eu sou sonhador. E eu acredito que haverá um dia, no Planeta Terra, governantes que, ao invés de quererem produzir uma bala para matar alguém, estejam dispostos a incentivar o plantio de um pé de feijão, para salvar alguém.

O dia que nós conseguirmos isso, a humanidade terá chegado ao paraíso tão



sonhado, que todos nós buscamos.

Obrigado.

/mcpro



Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, por ocasião da solenidade de abertura dos trabalhos do Poder Legislativo

Congresso Nacional, 17 de fevereiro de 2003

Excelentíssimo Senhor José Alencar, vice-presidente da República,
Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, presidente do Senado,
Excelentíssimo Senhor Deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo Senhor ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Excelentíssimo José Dirceu, ministro Chefe da Casa Civil,

Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores ministros de Estado,

Excelentíssimos Senhores líderes do Governo no Congresso Nacional, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados,

Excelentíssimos Senhores membros da Mesa do Congresso Nacional,

Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores parlamentares,

Senhoras e senhores,

Membros do Congresso Nacional,

Decidi vir ao Congresso Nacional para apresentar, pessoalmente, a mensagem da Presidência da República na sessão inaugural da nova legislatura.

Quero, desta forma direta, traduzir o meu reconhecimento à autoridade democrática e às altas atribuições do Parlamento Federal e saudar cada um dos parlamentares que hoje iniciam seus trabalhos.

Somos representantes de poderes distintos, mas igualmente legítimos e fundamentais para o bom funcionamento da democracia.



Prestigiar esta Casa é dever de todo cidadão. Mas, no meu caso, é bem mais que um dever. É um tributo pessoal ao papel insubstituível do Parlamento na vida democrática.

Todos nós, que experimentamos na carne as conseqüências do regime autoritário, sabemos a falta que faz e a importância que tem um Parlamento livre e atuante.

Pela sua diversidade e pluralidade, o Parlamento é o fórum, por excelência, dos debates sobre os desafios imediatos e históricos do país. E da construção negociada das soluções que permitam o nosso avanço no rumo da prosperidade e da justiça.

Venho ao Congresso Nacional com o mais nobre dos sentimentos que aprendi em toda a minha trajetória de vida e de luta.

O sentimento de que, não importa quantas pedras a gente tenha pelo caminho, é preciso sempre manter o olhar no futuro e na esperança. O sentimento de que é preciso acreditar no ser humano e na sua capacidade de realização, em qualquer circunstância, com o vento a favor ou contra.

O sentimento de que a busca da justiça social, da solidariedade e da paz é fundamental para cada um de nós e para toda a humanidade.

Como nordestino curtido na escola da vida, sou um homem acostumado a falar com franqueza e de coração aberto. Sou um homem que prefere a verdade, mesmo quando ela dói.

Se não me tranco em palácio, se abraço as pessoas sempre que posso, é porque o meu sentimento de esperança brota da certeza de que a vida só vale a pena se a relação entre os seres humanos estiver baseada na verdade. Acredito que a relação com o povo tem que ser sempre verdadeira e de confiança mútua.

Fui eleito para mudar o Brasil. Para fazer o nosso país retomar o caminho do crescimento econômico com geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social. Mas tenho plena consciência de que só iremos mudar o Brasil juntos, fazendo



convergir, democraticamente, a vontade dos poderes da República, e com a participação efetiva do conjunto da sociedade.

Hoje, nesta Casa que também já foi minha, quero estabelecer um compromisso muito sério com cada deputado e deputada, com cada senador e senadora, acima das distinções partidárias, ideológicas, de raça ou de religião.

É necessário que o Legislativo e os demais poderes da Nação, o Executivo e o Judiciário, assumam um compromisso sólido e fundamental com o povo brasileiro.

O Brasil viveu, no ano passado, uma crise econômica de grande vulto, resultando num quadro de difícil reversão.

Desde o início do meu Governo, há apenas 48 dias, estamos fazendo enorme esforço para conduzir o país por uma transição criteriosa e segura, compromisso que assumi na Carta ao Povo Brasileiro, lançada em junho do ano passado e em meu programa de governo.

Esse esforço vem dando frutos importantes desde o período da transição, com a queda do dólar e do risco-Brasil e, no mês de janeiro, com a reabertura das linhas de créditos internacionais, que haviam sido reduzidas praticamente a zero no final do ano passado.

Também iniciamos, com o Programa Fome Zero e o conjunto dos programas sociais do governo, um intenso trabalho para colocar no centro das preocupações do país a necessidade de reverter a lógica da exclusão social que tanto nos envergonha.

Esse trabalho, tanto na área econômica quanto na área social, é uma pré-condição para que o Brasil reencontre o caminho da estabilidade. O desafio é fazer, desde já, o melhor que pudermos com os poucos recursos que temos.

Mas teremos tempos difíceis pela frente. O mundo entrou em período de maiores incertezas. A situação internacional se agravou com o anúncio de uma nova guerra, o que já está produzindo conseqüências dolorosas para a economia mundial.

O preço do petróleo ultrapassou a barreira dos 35 dólares o barril, e há o temor generalizado de que ele sofra uma escalada altista.



Essa nova instabilidade vem somar-se à difícil situação que herdamos. A cotação do dólar voltou a subir em relação ao Real e o risco-Brasil parou de cair.

São mais pedras no nosso caminho, que temos que remover, e vamos remover, com as políticas adequadas que temos adotado, com dedicação e com o aumento de nossa coesão social. Esta é a hora de cada brasileiro e brasileira pensar menos em si mesmo e mais no país.

Meu compromisso com esta Casa, com a máxima Corte brasileira e com todo o nosso povo é, haja o que houver, o de exercitar a democracia à sua plenitude para enfrentar os principais problemas do Brasil.

Nós acabamos de fazer uma das mais responsáveis e serenas alternâncias de Governo que o mundo viu na história dos países em desenvolvimento.

Logo depois, quando levantamos a bandeira de que os países ricos não podem ficar indiferentes à fome e à pobreza, muitos sentiram que uma janela de oportunidades se abria para tentar superar os graves desequilíbrios sociais e regionais existentes no mundo.

O Brasil tem de aproveitar bem esse patrimônio que está conseguindo acumular.

Louvável tem sido a conduta política dos governadores e governadoras, prefeitos e prefeitas, de todos os partidos, que vêm colocando seus compromissos com a nação acima de seus interesses particulares.

Louvável é a conduta política de deputados e deputadas, senadores e senadoras que, mesmo não sendo eleitos em aliança conosco, não têm medido esforços para trabalhar na defesa do país.

De fato, acima das diferenças partidárias, estamos diante de um momento histórico em que é preciso razão, entendimento e unidade em torno dos interesses nacionais.

Ainda que não houvesse ameaça de guerra, temos desafios de ordem econômica e social tão complexos, tão graves, que por si só exigiriam a união de todos nesta Casa e no país.



Vivemos uma aguda crise social, educacional e de segurança pública, sobretudo nas grandes metrópoles brasileiras.

Como podemos ficar indiferentes quando vemos parte preciosa da nossa juventude ser arrastada para o mundo do crime e da marginalidade social?

Como podemos continuar indiferentes quando vemos todos os dias adolescentes matarem ou serem mortos pelo país afora?

Como podemos permanecer indiferentes à sistemática destruição dos laços familiares em nossa sociedade, sobrecarregando principalmente as mães?

Como podemos ser indiferentes aos mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem abaixo da linha de pobreza?

Como ficar indiferentes quando o mundo, que precisa de paz, se vê ameaçado pelo risco iminente de uma guerra?

A sociedade brasileira, para nosso orgulho, não está indiferente.

Ao contrário. Está mobilizadíssima.

O país atravessa um momento político muito especial. Poucas vezes na história encontramos tanta esperança, harmonia e disposição da população, de ricos e de pobres, para ajudar a resolver nossos problemas fundamentais.

Esse é um enorme capital político, que generosamente o país nos oferece. Cabe a todos nós fazermos com que essa grande oportunidade histórica resulte nos melhores benefícios para o Brasil e para o nosso povo.

Governo federal, governos estaduais e municipais, Parlamento, entidades da sociedade civil, voluntários e organizações não-governamentais, devemos todos empreender um grande mutirão para resgatar a dignidade e a auto-estima do povo brasileiro, depois de séculos de exclusão social.

Mas, é fundamental, agora, que o país se proteja contra as incertezas. Para isso, nossa união é indispensável.

A estabilidade da moeda nacional encontra-se ameaçada. As pessoas assistem inquietas à diminuição do poder de compra de seus salários, com a alta de muitos preços. O vírus da inflação voltou a ser, desde o final do ano passado, uma



ameaça real para o organismo econômico brasileiro. O câmbio ainda permanece instável e distorce nosso sistema de preços internos.

Conscientes dos compromissos que assumimos durante a campanha, vamos fazer o que precisa ser feito para recolocar a economia nacional no caminho da estabilidade e do desenvolvimento.

Temos plena consciência da dureza do contingenciamento orçamentário feito na última semana. A determinação de fazer um superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto é indispensável para impedir que a dívida pública cresça, como aconteceu nos últimos anos.

Quero, hoje, reafirmar que medidas como essas durarão o tempo necessário. Afinal, combater a inflação, reduzir a nossa dívida, gerar empregos e distribuir a renda são objetivos permanentes do meu Governo. Para nós, a estabilidade econômica não é um fim em si, é pré-condição para o crescimento da economia em bases sustentadas.

A confiança em nossa capacidade de ter uma moeda estável e de cumprir os contratos firmados não pode e não vai ser questionada.

Temos de garantir a sustentabilidade da dívida pública, fazendo com grande responsabilidade a transição para um novo modelo de menor endividamento do Governo e maior crescimento econômico.

As medidas duras tomadas por meu Governo vão exigir um grande realismo e eficiência redobrada de todos os governantes em relação ao gasto público. Cada centavo de Real tem de ser muito bem empregado.

Governo federal, governos estaduais e municipais, todos os poderes da República e empresas públicas precisam melhorar a gestão de seus recursos.

Está na hora de buscarmos a máxima austeridade e eficiência em nossas decisões que envolvem os gastos públicos e também os procedimentos administrativos.



A fonte das nossas dores de cabeça é que os governos anteriores se endividaram a cada dia mais, num círculo vicioso de empréstimo novo para pagar dívida velha, e juro alto para remunerar credores cada vez mais desconfiados.

Meu Governo tem entre seus principais compromissos o de realizar, junto com este Congresso e com a sociedade, reformas que promovam soluções estruturais e duradouras para o nosso país.

Aqui e agora, gostaria de firmar um compromisso com esta Casa no sentido de que todos nós trabalharemos incansavelmente para aprovar as reformas que são indispensáveis ao país, em especial a previdenciária e a tributária. Precisamos ter o sentido de urgência que o momento histórico cobra de todos nós.

A reforma tributária envolve um tema complexo, mas suas diretrizes gerais são conhecidas, e podem ser os eixos do necessário consenso a ser construído na sociedade e no Parlamento.

O Brasil precisa de uma reforma tributária que desonere o investimento produtivo e o trabalho, que simplifique os mecanismos de arrecadação e estimule o aumento da produtividade e da competitividade externa da nossa economia, melhorando a distribuição da renda.

Chamo a atenção para um dos pontos centrais dessa reforma que é o fortalecimento do pacto federativo. É preciso, com isso, reduzir os espaços para a tão problemática guerra fiscal, buscando uma convergência capaz de harmonizar as relações no interior da Federação.

Outra reforma que tem urgência e prioridade é a previdenciária. Temos que garantir um sistema justo e sustentável, que assegure o pagamento das aposentadorias e pensões das atuais e das futuras gerações. Para isso, o custeio do sistema previdenciário precisa ser devidamente equacionado.

Vou repetir o que disse a respeito há poucos dias: se o custeio do sistema não for devidamente equacionado, muito em breve não haverá dinheiro para pagar as pensões, os benefícios e as aposentadorias.



Isso certamente não acontecerá no meu Governo. Mas se o problema não for resolvido agora, fatalmente os jovens sofrerão amanhã as conseqüências.

Tenho a certeza de que esta Legislatura fará do Congresso Nacional o palco dos grandes debates e decisões sobre as reformas tributária, previdenciária, política, trabalhista, agrária e do sistema financeiro, bem como das mudanças destinadas a baratear o crédito e melhorar o desempenho econômico do país.

Vamos fazer isso cumprindo o compromisso que assumi com a sociedade brasileira de elaborar propostas de forma negociada, por meio dos mais amplos canais de diálogo.

Tenho certeza de que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que instalamos na semana passada, terá importante papel a cumprir nesse processo.

Este Conselho, faço questão de reafirmar aqui, é um órgão de assessoramento do Presidente da República, a exemplo do que ocorre em várias das maiores democracias do mundo. Ele vai nos ajudar a construir uma agenda de discussões das reformas e de um novo pacto social no Brasil. Mas não vai, em hipótese alguma, substituir nem tampouco relativizar o poder do Congresso Nacional.

É com esse sentimento de mão estendida, de co-responsabilidade entre poderes e, acima de tudo, de entendimento nacional que eu trago minha mensagem a esta Casa.

Não existe o Brasil do Executivo, o Brasil do Legislativo ou o Brasil do Judiciário. O que existe é um só Brasil, de 175 milhões de seres humanos que têm urgência em conquistar a sua cidadania.

As reformas estruturais não são uma necessidade deste ou daquele poder, deste ou daquele setor econômico e social, não são do Governo nem da oposição, são reformas reclamadas pelo conjunto da população, que devem ser feitas para que o país volte a crescer, para que o país possa percorrer novamente a estrada larga do desenvolvimento econômico e social.



A responsabilidade de fazer as mudanças que o Brasil necessita é de todos nós, Executivo, Legislativo, Judiciário e da própria sociedade.

Senhoras e senhores,

Membros do Congresso Nacional,

Nas viagens que fiz ao exterior, reafirmei alguns compromissos do nosso país. Em primeiro lugar, o de defesa da paz e de uma ordem mais justa entre as nações ricas e pobres do planeta. Em segundo, o de buscar a reconstrução do Mercosul e a união dos países do nosso continente para obtermos uma inserção soberana no mundo globalizado.

Em todo o lugar onde tenho ido, ouço palavras de sincera admiração por nosso país. Tenho colhido elogios e manifestações de profundo respeito pela democracia brasileira.

Senhoras e senhores parlamentares,

Como se vê, os desafios e expectativas que pesam sobre nós são enormes. Por isso, não vim aqui para pedir subserviência ou submissão. Vim aqui propor uma parceria para construirmos juntos o Brasil de nossos sonhos.

Muito obrigado.

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da exposição “Os Guerreiros de Xi’an e os Tesouros da Cidade Proibida”

São Paulo – SP, 20 de fevereiro de 2003

Senhor governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,
Senhora Maria Lucia Alckmin, primeira-dama do estado de São Paulo,
Marta Suplicy, prefeita da nossa cidade,
Marisa, minha esposa,
Embaixador da República da China, senhor Jiang Yuande,
Senhora Yuande,
Meu caro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,
Meu caro Gilberto Gil, ministro da Cultura,
Meu caro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,
Meu caro Aloízio Mercadante, senador da República e líder do Governo,
Meu caro Edemar Cid Ferreira, da Brasil Connects, que tão bem organizou esta Exposição,
Meus amigos e minhas amigas,

Eu tinha trazido um discurso por escrito, mas olhando a fisionomia de vocês, em pé e cansados, eu resolvi dispensar o discurso e dizer algumas palavras.

Há dois anos eu tive a grata satisfação de ser convidado pelo Governo chinês para uma visita que durou 13 dias. E tive a oportunidade de conhecer Xi’an, de conhecer ao vivo e em cores esta exposição extraordinária que o Brasil, a partir de hoje, vai ter o privilégio de ver. Tive, também, o prazer e o privilégio de conhecer Xangai e Beijin. Eu me lembro que quando cheguei a



São Paulo, de volta, eu disse à companheira Marta Suplicy – que agora, me parece, está indo à China – que seria muito importante que muitos de nossos administradores pudessem conhecer pelo menos Xangai, para ver a pujança daquela cidade, que em tão pouco tempo se transformou numa metrópole de tal monta que, quem vê, não esquece jamais.

Mas o mais importante é que eu voltei da China convencido de que o nosso país, e talvez os próprios chineses, ao longo de muitos anos - porque vão se completar, em 2004, 30 anos do estabelecimento das nossas relações - perdemos muito tempo.

O nosso Brasil tem até no Hino a idéia do “gigante”. Possivelmente, China e Brasil tenham se descoberto tardiamente, mas sempre é tempo de começar algo novo. E eu estou convencido de que esta Exposição – é exatamente por isso que estou na inauguração – é para demonstrar, aqui no Brasil, o que eu disse ao Governo chinês: a China, para nós, do Brasil, tem que ser entendida como um parceiro estratégico na área comercial, na área do investimento científico e tecnológico, na área cultural porque, afinal de contas, um país que tem apenas 500 anos de cultura não pode deixar de ter humildade e aprender um pouco com outro país que tem milhares de anos de cultura à nossa frente.

Eu estou convencido de que nós estamos embarcando numa aventura excepcional, de ter acesso a uma das culturas mais extraordinárias da humanidade, que é a cultura chinesa.

Portanto, eu quero agradecer ao nosso ministro das Relações Exteriores, ao ministro da Cultura, ao embaixador da China, ao representante do Governo chinês, ao Governo do Estado, à prefeita Marta Suplicy e a todos aqueles - sobretudo o companheiro Edemar, da Brasil Connects - que fizeram um esforço muito grande para dar de presente ao povo brasileiro e ao povo de São Paulo a oportunidade de ver de perto Os Guerreiros de Xi'an e o Tesouro da Cidade Proibida.



Eu penso que quem vier, não esquecerá. E quem vier, quem sabe, terá vontade de visitar a China e ver de perto um pouco mais. E, quem sabe, a gente possa transformar a relação Brasil e China em algo muito mais importante do que hoje, porque são duas nações-continentes, são dois países com pretensões a se transformarem em potências. Basta que os chineses acreditem na China e que os brasileiros acreditem no Brasil e, certamente, este século poderá ser o século da China e do Brasil.

Muito obrigado.

/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de cooperação entre “Mesa Brasil – SESC e Fome Zero”

Confederação Nacional do Comércio – Brasília – DF, 24 de fevereiro de 2003

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Meu caro Antônio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio e do Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio,
Meus companheiros e companheiras ministros e ministras de estado,
Dirigentes sindicais,
Empresários,
Meus caros Oded Grajew, José Graziano e Jaques Wagner, que estão na Mesa,
Governador Joaquim Roriz,
Meus companheiros e companheiras,
Senhoras e senhores,
Meu caro Lázaro Brandão, sabia que você era comerciante, sinto muita alegria em saber que você está aqui, prestigiando esse protocolo feito entre a Confederação Nacional do Comércio e o nosso Governo, para a política de combate à fome,
Senadores aqui presentes,
Senadoras,

Acabar com a fome, num país do tamanho do Brasil, com uma quantidade grande de pessoas que estão passando fome, não é uma tarefa fácil, não é uma tarefa pequena. E ela não se dará no tempo em que os apressados querem que se dê.

Transformar 43 milhões de brasileiros e brasileiras, que não têm acesso às



calorias e às proteínas necessárias à dignidade humana, é uma tarefa menos política, é uma tarefa menos social, eu poderia dizer que é uma verdadeira guerra o que nós estamos enfrentando. E esse protocolo, meu caro Antônio Oliveira, significa que você está aderindo à nossa guerra.

Eu penso que nenhum de nós, que levantamos de manhã e tomamos o nosso café, que almoçamos todo dia e que jantamos todo santo dia, pode dormir com a cabeça tranqüila, sabendo que, muitas vezes, perto da nossa casa, há uma criança desnutrida, há uma mulher que foi dormir sem ter jantado ou há um cidadão que levanta, de manhã, para trabalhar, sem ter tomado o café da manhã.

E quem vai resolver o problema da fome no Brasil não são os que estão com fome, somos nós, que comemos. Somos nós que temos a obrigação, enquanto Governo e enquanto sociedade civil, de estender a mão para aqueles que não tiveram a mesma sorte na vida que nós tivemos.

E o projeto Fome Zero não terá o sucesso que nós queremos que ele tenha, se ficar dependendo apenas do Governo. Eu disse isso no dia do lançamento, disse isso durante a discussão da confecção do Projeto e vou dizer aqui, agora, na Confederação Nacional do Comércio: a sociedade civil, pela sua dinâmica, será a única e maior responsável pelo sucesso total do projeto Fome Zero.

O Governo vai cumprir a sua parte. O Governo vai fazer o que é possível fazer, na medida do Orçamento, na medida da burocracia, na medida do convencimento a prefeitos, a governadores de Estado, na medida de convencimento a entidades organizadas da própria sociedade. Mas a sociedade civil é o mais importante elo na construção e na vitória dessa guerra. Até porque nós temos um número, seja do IBGE ou do IPEA, que afirma que temos 43 milhões de pessoas passando fome no Brasil. Outros afirmam que há 50 milhões de pessoas passando fome no Brasil.

Acho que o número, sejam 43 ou 50 milhões, é grande demais. É uma Argentina e meia que está passando fome, sob o nosso nariz. E, portanto, a gente não pode fingir que não é conosco. E “não é conosco” não é com o Governo, não é



com a sociedade, porque vocês, empresários e, sobretudo, as pessoas ligadas à área do comércio neste Brasil, também devem estar cansadas de ver, às vezes, aqueles que deveriam ser fregueses das lojas em que vocês trabalham ou das lojas que vocês dirigem entrarem para comprar alguma coisa, passarem olhando e não conseguirem comprar.

Acho que vocês também estão cansados de ver pessoas, por não terem aonde ir, dormindo na marquise de uma loja, numa calçada ou, quem sabe, pessoas que até já faleceram, como em cidades do interior de São Paulo e do Nordeste brasileiro, que só se vem a saber quase 12 horas depois.

Essa associação que a Confederação Nacional do Comércio resolve fazer com o projeto Fome Zero, levando, em nível nacional, experiências bem-sucedidas em alguns estados, fortalece dentro de mim a convicção de que estamos no caminho certo.

No nosso meio, há sempre aqueles apressados, aqueles que dizem assim: “Não adianta fazer isso. Isso não resolve o problema. É dar migalhas para as pessoas. É dar um prato de comida. O que precisamos é gerar emprego, o que precisamos é gerar riqueza.” Quando chegarmos a isso, teremos ensinado as pessoas a pescarem. Mas ainda não chegamos a esse ponto. Então, não temos que ter vergonha de enfrentar o debate, dizendo que não estamos fazendo proselitismo, não. Não estamos dando esmola a ninguém. Até porque a fome, em lugar nenhum do mundo, levou o ser humano à revolução. A fome leva sempre à submissão. A fome leva o ser humano a se tornar um pedinte, presa fácil, na época das eleições, de muitos políticos brasileiros, que utilizam a pobreza como forma de se perpetuarem no poder neste país.

Enquanto a gente não pode fazer a economia crescer, o que é o nosso desejo, enquanto a gente não pode gerar os empregos que quer gerar – e, logo, logo, estaremos lançando um projeto de geração de empregos, neste país –, eu quero dizer: muito obrigado a vocês, por estenderem a mão e contribuírem para dar um prato de comida a quem não tem comida neste país.



Essa não é uma tarefa menor. É uma tarefa muito grande, porque quem toma café, almoça e janta, muitas vezes, não tem nenhuma obrigação de sentir a dor de uma pessoa que está sem comer. E todos sabemos que neste país ainda morrem crianças, aos milhares, por desnutrição. Sabemos que, em muitos lugares deste país, crianças vão para a escola e não conseguem aprender porque não ingeriram vitamina A e, portanto, sequer têm facilidade de enxergar o que um professor ou uma professora coloca num quadro negro de uma escola.

E o Governo não pode ficar parado, esperando o paraíso acontecer para fazer as coisas que têm que ser feitas. Nós vamos fazer cada coisa no seu momento. Tudo pode esperar. Qualquer coisa no mundo pode esperar. Quem está com fome não pode esperar. Quem está com fome precisa comer.

E é uma vergonha que, num país de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, num país que tem o potencial agrícola que tem o Brasil, num país que não tem maremoto, que não tem terremoto, que não tem vulcão, que não tem geada, que não tem neve, que não tem nada, a gente ainda sobreviva com as mesmas coisas que Josué de Castro disse no seu livro “Geografia da Fome”, escrito em 1946. Ou seja, há quase 60 anos se discute o problema da fome neste país. E entra Governo, sai Governo, entra deputado, sai deputado, entra senador, sai senador, entra presidente da Confederação Nacional do Comércio e sai presidente, entram governantes e mais governantes, ministros e mais ministros e o resultado continua o mesmo: o povo continua mais pobre do que antes.

Penso que o Brasil deu uma oportunidade a si mesmo. Não será um milagre de um Presidente da República. Acho que será um milagre da sociedade brasileira. Se cada entidade empresarial, se cada pessoa que tenha alma e consciência política neste país resolver adotar essa campanha, o Governo não precisa nem saber, porque não queremos a paternidade do resultado. Se alguém na sua cidade, se alguém na sua vila, se alguém na sua comunidade quiser fazer alguma coisa, pelo amor de Deus, faça. Não fique esperando o Governo. Faça, porque o que nós queremos não é ver a cor da semente, o que nós queremos é ver o resultado que



essa semente vai dar, se a sociedade brasileira assumir para si a responsabilidade de acabar com a fome no nosso país.

E, concomitantemente, nós temos que pensar na recuperação do crescimento da economia. Nós temos que pensar na redução de juros neste país. E vocês sabem que a situação do nosso país não é das melhores. Um país do tamanho do Brasil não poderia estar tão dependente e fragilizado como está, hoje, diante do capital internacional.

A nossa economia já poderia estar crescendo. Mas vai crescer. Vai crescer porque eu levanto a cada dia, mais otimista com o Brasil. Não há indicador social, não há número de previsão de inflação que me faça perder o otimismo com que eu estava no dia 1º de janeiro, quando tomei posse neste país.

O povo e Deus me deram uma oportunidade. Eu nem critico ninguém, porque eu disse, na reunião dos governadores, outro dia: eu, talvez, seja o único Presidente da República que não pode criticar ninguém, pelo que eu fizer e pelo que eu não fizer. Porque, desde 1982, eu venho dizendo: quero ganhar as eleições para provar a mim mesmo que eu sou capaz de fazer tudo aquilo que eu sempre achei que os outros deveriam fazer. Ou seja, quero atender às minhas próprias reivindicações. Aquilo que, ao longo de muitos e muitos anos, eu consegui construir com milhões e milhões de mulheres e homens, neste país, eu quero, agora, tornar realidade.

E quero dizer a vocês que, quando a gente vem a um lançamento de um protocolo como este de hoje, em que uma instituição importante, como o SESC, assina com o Governo um projeto de transformar uma atividade, que tinha experiências bem-sucedidas em muitos estados, numa tarefa nacional do SESC, eu sou obrigado a dizer para vocês: saio daqui mais otimista do que levantei hoje de manhã.

Porque vocês estão lembrados do que eu disse um dia: eu vou começar fazendo o necessário; depois eu vou fazer o possível e, quando menos esperar, nós estaremos fazendo o impossível.



Para os incrédulos, que não acreditam numa coisa chamada “sociedade civil” e que ficam, anos após anos, esperando que o Governo faça tudo, como se o Governo fosse uma espécie de Deus, o impossível começa a acontecer nesse protocolo.

Todos os empresários do comércio, neste país, através da sua Confederação Nacional e através do SESC, estão dizendo: “Combater a fome não é uma tarefa do Graziano. Combater a fome não é uma tarefa do presidente Lula. Combater a fome é uma obrigação de todos que ainda têm dignidade e respeito pelo ser humano, neste país.”

Muito obrigado e vamos em frente.

/mcpro/lrj



Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, por ocasião da solenidade de abertura dos trabalhos do Poder Legislativo

Congresso Nacional, 17 de fevereiro de 2003

Excelentíssimo Senhor José Alencar, vice-presidente da República,
Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, presidente do Senado,
Excelentíssimo Senhor Deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo Senhor ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Excelentíssimo José Dirceu, ministro Chefe da Casa Civil,

Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores ministros de Estado,

Excelentíssimos Senhores líderes do Governo no Congresso Nacional, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados,

Excelentíssimos Senhores membros da Mesa do Congresso Nacional,

Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores parlamentares,

Senhoras e senhores,

Membros do Congresso Nacional,

Decidi vir ao Congresso Nacional para apresentar, pessoalmente, a mensagem da Presidência da República na sessão inaugural da nova legislatura.

Quero, desta forma direta, traduzir o meu reconhecimento à autoridade democrática e às altas atribuições do Parlamento Federal e saudar cada um dos parlamentares que hoje iniciam seus trabalhos.

Somos representantes de poderes distintos, mas igualmente legítimos e fundamentais para o bom funcionamento da democracia.



Prestigiar esta Casa é dever de todo cidadão. Mas, no meu caso, é bem mais que um dever. É um tributo pessoal ao papel insubstituível do Parlamento na vida democrática.

Todos nós, que experimentamos na carne as conseqüências do regime autoritário, sabemos a falta que faz e a importância que tem um Parlamento livre e atuante.

Pela sua diversidade e pluralidade, o Parlamento é o fórum, por excelência, dos debates sobre os desafios imediatos e históricos do país. E da construção negociada das soluções que permitam o nosso avanço no rumo da prosperidade e da justiça.

Venho ao Congresso Nacional com o mais nobre dos sentimentos que aprendi em toda a minha trajetória de vida e de luta.

O sentimento de que, não importa quantas pedras a gente tenha pelo caminho, é preciso sempre manter o olhar no futuro e na esperança. O sentimento de que é preciso acreditar no ser humano e na sua capacidade de realização, em qualquer circunstância, com o vento a favor ou contra.

O sentimento de que a busca da justiça social, da solidariedade e da paz é fundamental para cada um de nós e para toda a humanidade.

Como nordestino curtido na escola da vida, sou um homem acostumado a falar com franqueza e de coração aberto. Sou um homem que prefere a verdade, mesmo quando ela dói.

Se não me tranco em palácio, se abraço as pessoas sempre que posso, é porque o meu sentimento de esperança brota da certeza de que a vida só vale a pena se a relação entre os seres humanos estiver baseada na verdade. Acredito que a relação com o povo tem que ser sempre verdadeira e de confiança mútua.

Fui eleito para mudar o Brasil. Para fazer o nosso país retomar o caminho do crescimento econômico com geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social. Mas tenho plena consciência de que só iremos mudar o Brasil juntos, fazendo



convergir, democraticamente, a vontade dos poderes da República, e com a participação efetiva do conjunto da sociedade.

Hoje, nesta Casa que também já foi minha, quero estabelecer um compromisso muito sério com cada deputado e deputada, com cada senador e senadora, acima das distinções partidárias, ideológicas, de raça ou de religião.

É necessário que o Legislativo e os demais poderes da Nação, o Executivo e o Judiciário, assumam um compromisso sólido e fundamental com o povo brasileiro.

O Brasil viveu, no ano passado, uma crise econômica de grande vulto, resultando num quadro de difícil reversão.

Desde o início do meu Governo, há apenas 48 dias, estamos fazendo enorme esforço para conduzir o país por uma transição criteriosa e segura, compromisso que assumi na Carta ao Povo Brasileiro, lançada em junho do ano passado e em meu programa de governo.

Esse esforço vem dando frutos importantes desde o período da transição, com a queda do dólar e do risco-Brasil e, no mês de janeiro, com a reabertura das linhas de créditos internacionais, que haviam sido reduzidas praticamente a zero no final do ano passado.

Também iniciamos, com o Programa Fome Zero e o conjunto dos programas sociais do governo, um intenso trabalho para colocar no centro das preocupações do país a necessidade de reverter a lógica da exclusão social que tanto nos envergonha.

Esse trabalho, tanto na área econômica quanto na área social, é uma pré-condição para que o Brasil reencontre o caminho da estabilidade. O desafio é fazer, desde já, o melhor que pudermos com os poucos recursos que temos.

Mas teremos tempos difíceis pela frente. O mundo entrou em período de maiores incertezas. A situação internacional se agravou com o anúncio de uma nova guerra, o que já está produzindo conseqüências dolorosas para a economia mundial.

O preço do petróleo ultrapassou a barreira dos 35 dólares o barril, e há o temor generalizado de que ele sofra uma escalada altista.



Essa nova instabilidade vem somar-se à difícil situação que herdamos. A cotação do dólar voltou a subir em relação ao Real e o risco-Brasil parou de cair.

São mais pedras no nosso caminho, que temos que remover, e vamos remover, com as políticas adequadas que temos adotado, com dedicação e com o aumento de nossa coesão social. Esta é a hora de cada brasileiro e brasileira pensar menos em si mesmo e mais no país.

Meu compromisso com esta Casa, com a máxima Corte brasileira e com todo o nosso povo é, haja o que houver, o de exercitar a democracia à sua plenitude para enfrentar os principais problemas do Brasil.

Nós acabamos de fazer uma das mais responsáveis e serenas alternâncias de Governo que o mundo viu na história dos países em desenvolvimento.

Logo depois, quando levantamos a bandeira de que os países ricos não podem ficar indiferentes à fome e à pobreza, muitos sentiram que uma janela de oportunidades se abria para tentar superar os graves desequilíbrios sociais e regionais existentes no mundo.

O Brasil tem de aproveitar bem esse patrimônio que está conseguindo acumular.

Louvável tem sido a conduta política dos governadores e governadoras, prefeitos e prefeitas, de todos os partidos, que vêm colocando seus compromissos com a nação acima de seus interesses particulares.

Louvável é a conduta política de deputados e deputadas, senadores e senadoras que, mesmo não sendo eleitos em aliança conosco, não têm medido esforços para trabalhar na defesa do país.

De fato, acima das diferenças partidárias, estamos diante de um momento histórico em que é preciso razão, entendimento e unidade em torno dos interesses nacionais.

Ainda que não houvesse ameaça de guerra, temos desafios de ordem econômica e social tão complexos, tão graves, que por si só exigiriam a união de todos nesta Casa e no país.



Vivemos uma aguda crise social, educacional e de segurança pública, sobretudo nas grandes metrópoles brasileiras.

Como podemos ficar indiferentes quando vemos parte preciosa da nossa juventude ser arrastada para o mundo do crime e da marginalidade social?

Como podemos continuar indiferentes quando vemos todos os dias adolescentes matarem ou serem mortos pelo país afora?

Como podemos permanecer indiferentes à sistemática destruição dos laços familiares em nossa sociedade, sobrecarregando principalmente as mães?

Como podemos ser indiferentes aos mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem abaixo da linha de pobreza?

Como ficar indiferentes quando o mundo, que precisa de paz, se vê ameaçado pelo risco iminente de uma guerra?

A sociedade brasileira, para nosso orgulho, não está indiferente.

Ao contrário. Está mobilizadíssima.

O país atravessa um momento político muito especial. Poucas vezes na história encontramos tanta esperança, harmonia e disposição da população, de ricos e de pobres, para ajudar a resolver nossos problemas fundamentais.

Esse é um enorme capital político, que generosamente o país nos oferece. Cabe a todos nós fazermos com que essa grande oportunidade histórica resulte nos melhores benefícios para o Brasil e para o nosso povo.

Governo federal, governos estaduais e municipais, Parlamento, entidades da sociedade civil, voluntários e organizações não-governamentais, devemos todos empreender um grande mutirão para resgatar a dignidade e a auto-estima do povo brasileiro, depois de séculos de exclusão social.

Mas, é fundamental, agora, que o país se proteja contra as incertezas. Para isso, nossa união é indispensável.

A estabilidade da moeda nacional encontra-se ameaçada. As pessoas assistem inquietas à diminuição do poder de compra de seus salários, com a alta de muitos preços. O vírus da inflação voltou a ser, desde o final do ano passado, uma



ameaça real para o organismo econômico brasileiro. O câmbio ainda permanece instável e distorce nosso sistema de preços internos.

Conscientes dos compromissos que assumimos durante a campanha, vamos fazer o que precisa ser feito para recolocar a economia nacional no caminho da estabilidade e do desenvolvimento.

Temos plena consciência da dureza do contingenciamento orçamentário feito na última semana. A determinação de fazer um superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto é indispensável para impedir que a dívida pública cresça, como aconteceu nos últimos anos.

Quero, hoje, reafirmar que medidas como essas durarão o tempo necessário. Afinal, combater a inflação, reduzir a nossa dívida, gerar empregos e distribuir a renda são objetivos permanentes do meu Governo. Para nós, a estabilidade econômica não é um fim em si, é pré-condição para o crescimento da economia em bases sustentadas.

A confiança em nossa capacidade de ter uma moeda estável e de cumprir os contratos firmados não pode e não vai ser questionada.

Temos de garantir a sustentabilidade da dívida pública, fazendo com grande responsabilidade a transição para um novo modelo de menor endividamento do Governo e maior crescimento econômico.

As medidas duras tomadas por meu Governo vão exigir um grande realismo e eficiência redobrada de todos os governantes em relação ao gasto público. Cada centavo de Real tem de ser muito bem empregado.

Governo federal, governos estaduais e municipais, todos os poderes da República e empresas públicas precisam melhorar a gestão de seus recursos.

Está na hora de buscarmos a máxima austeridade e eficiência em nossas decisões que envolvem os gastos públicos e também os procedimentos administrativos.



A fonte das nossas dores de cabeça é que os governos anteriores se endividaram a cada dia mais, num círculo vicioso de empréstimo novo para pagar dívida velha, e juro alto para remunerar credores cada vez mais desconfiados.

Meu Governo tem entre seus principais compromissos o de realizar, junto com este Congresso e com a sociedade, reformas que promovam soluções estruturais e duradouras para o nosso país.

Aqui e agora, gostaria de firmar um compromisso com esta Casa no sentido de que todos nós trabalharemos incansavelmente para aprovar as reformas que são indispensáveis ao país, em especial a previdenciária e a tributária. Precisamos ter o sentido de urgência que o momento histórico cobra de todos nós.

A reforma tributária envolve um tema complexo, mas suas diretrizes gerais são conhecidas, e podem ser os eixos do necessário consenso a ser construído na sociedade e no Parlamento.

O Brasil precisa de uma reforma tributária que desonere o investimento produtivo e o trabalho, que simplifique os mecanismos de arrecadação e estimule o aumento da produtividade e da competitividade externa da nossa economia, melhorando a distribuição da renda.

Chamo a atenção para um dos pontos centrais dessa reforma que é o fortalecimento do pacto federativo. É preciso, com isso, reduzir os espaços para a tão problemática guerra fiscal, buscando uma convergência capaz de harmonizar as relações no interior da Federação.

Outra reforma que tem urgência e prioridade é a previdenciária. Temos que garantir um sistema justo e sustentável, que assegure o pagamento das aposentadorias e pensões das atuais e das futuras gerações. Para isso, o custeio do sistema previdenciário precisa ser devidamente equacionado.

Vou repetir o que disse a respeito há poucos dias: se o custeio do sistema não for devidamente equacionado, muito em breve não haverá dinheiro para pagar as pensões, os benefícios e as aposentadorias.



Isso certamente não acontecerá no meu Governo. Mas se o problema não for resolvido agora, fatalmente os jovens sofrerão amanhã as conseqüências.

Tenho a certeza de que esta Legislatura fará do Congresso Nacional o palco dos grandes debates e decisões sobre as reformas tributária, previdenciária, política, trabalhista, agrária e do sistema financeiro, bem como das mudanças destinadas a baratear o crédito e melhorar o desempenho econômico do país.

Vamos fazer isso cumprindo o compromisso que assumi com a sociedade brasileira de elaborar propostas de forma negociada, por meio dos mais amplos canais de diálogo.

Tenho certeza de que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que instalamos na semana passada, terá importante papel a cumprir nesse processo.

Este Conselho, faço questão de reafirmar aqui, é um órgão de assessoramento do Presidente da República, a exemplo do que ocorre em várias das maiores democracias do mundo. Ele vai nos ajudar a construir uma agenda de discussões das reformas e de um novo pacto social no Brasil. Mas não vai, em hipótese alguma, substituir nem tampouco relativizar o poder do Congresso Nacional.

É com esse sentimento de mão estendida, de co-responsabilidade entre poderes e, acima de tudo, de entendimento nacional que eu trago minha mensagem a esta Casa.

Não existe o Brasil do Executivo, o Brasil do Legislativo ou o Brasil do Judiciário. O que existe é um só Brasil, de 175 milhões de seres humanos que têm urgência em conquistar a sua cidadania.

As reformas estruturais não são uma necessidade deste ou daquele poder, deste ou daquele setor econômico e social, não são do Governo nem da oposição, são reformas reclamadas pelo conjunto da população, que devem ser feitas para que o país volte a crescer, para que o país possa percorrer novamente a estrada larga do desenvolvimento econômico e social.



A responsabilidade de fazer as mudanças que o Brasil necessita é de todos nós, Executivo, Legislativo, Judiciário e da própria sociedade.

Senhoras e senhores,

Membros do Congresso Nacional,

Nas viagens que fiz ao exterior, reafirmei alguns compromissos do nosso país. Em primeiro lugar, o de defesa da paz e de uma ordem mais justa entre as nações ricas e pobres do planeta. Em segundo, o de buscar a reconstrução do Mercosul e a união dos países do nosso continente para obtermos uma inserção soberana no mundo globalizado.

Em todo o lugar onde tenho ido, ouço palavras de sincera admiração por nosso país. Tenho colhido elogios e manifestações de profundo respeito pela democracia brasileira.

Senhoras e senhores parlamentares,

Como se vê, os desafios e expectativas que pesam sobre nós são enormes. Por isso, não vim aqui para pedir subserviência ou submissão. Vim aqui propor uma parceria para construirmos juntos o Brasil de nossos sonhos.

Muito obrigado.

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea

Palácio do Planalto, 25 de fevereiro de 2003

Bom, primeiro deixem-me chamar para a Mesa, o companheiro que estou indicando como presidente do Consea, o companheiro Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Companheiros e companheiras,

Companheiro Graziano,

Companheiro Marinho,

Companheiros membros do Consea,

Companheiros ministros que estão presentes nesta primeira reunião do Consea,

Quando eu resolvi indicar o companheiro Marinho como presidente do Consea, foi por uma decisão muito... (desculpem-me, eu não falei ministras presentes, estou vendo duas aqui), foi porque eu acho que a ação do Consea é uma ação da sociedade civil que precisa ter um grande dirigente político.

Eu, há muito tempo, aprendi que um bom técnico é um bom técnico; um bom político é um bom político. Nenhum político deve se meter a exercer o papel competente do especialista. E, muitas vezes, o especialista se confunde em exercer o papel do político.

E escolhi o Marinho porque conheço o Marinho como dirigente sindical e sei, sou testemunha, do crescimento político do companheiro. Sou testemunha viva do quanto esse “menino” progrediu, como um dos mais brilhantes dirigentes sindicais deste país. E acho que o movimento brasileiro tem um papel importante para cumprir, porque faz, pelo menos, uns 10 anos que tenho brigado com o movimento sindical, porque o movimento tem que deixar de ser apenas corporativista e se



transformar num instrumento mais defensor do conjunto da sociedade.

Eu até apelidei esse nome, de que nós deveríamos transformar o sindicato num sindicato chamado “sindicato cidadão”. Um sindicato que, ao mesmo tempo que defenda os interesses daquele que está entrando para trabalhar na porta de uma fábrica, se preocupe com aquele que já entrou na fábrica e que está vendendo cachorro-quente na porta da fábrica.

Um sindicato que se preocupe com aquele que está na porta da fábrica, mas se preocupe também com aquele que está em casa, com a criança que está em casa, que é resultado de muitas coisas que acontecem ou que não acontecem no mundo do trabalho, neste país.

Um sindicato que eu tenho chamado a atenção para que se transforme num instrumento político da sociedade, mais do que num instrumento corporativo de uma categoria específica.

E um sindicato que comece a se preocupar com aqueles que querem trabalhar e não têm trabalho, com aqueles que querem comer e não têm comida, com aqueles que querem estudar e não têm escola, com aqueles que querem saúde e não têm acesso a médico, com aqueles que querem remédio e não têm dinheiro para comprar. E, sobretudo, um sindicato que se preocupe com as coisas que acontecem em Brasília.

Por exemplo, quando está se discutindo política tributária no Congresso Nacional, a discussão deve interessar mais ao sindicato do que apenas uma reivindicação de 5% na sua categoria específica.

Quando se discute o Orçamento da União, é naquele instante que o movimento sindical, sobretudo os trabalhadores, o funcionalismo público, tem que estar metendo o dedo, para aprovar a verba que, depois, eles irão reivindicar como aumento de salário, porque se não estiver no Orçamento não tem como garantir esse aumento.

E é exatamente por isso que eu acho que o movimento deve assumir um papel importante, numa luta que o movimento muitas vezes não achou que era dele,



que é o combate à miséria, neste país.

O Cristovam Buarque, que está, aqui, sempre brigava, em Brasília; ele dizia: “Lamentavelmente, o movimento sindical só representa aqueles que estão incluídos. Os excluídos estão marginalizados da representação de uma entidade que tem a estrutura que tem o movimento sindical brasileiro”.

E eu estou certo, companheiro Marinho, de que, indicado presidente do Consea, você vai conseguir trazer para essa luta do combate à fome, a totalidade do movimento sindical ou, pelo menos, a totalidade daquelas pessoas que têm sensibilidade e que pensam o país como um todo.

Eu estou certo de que nós poderemos ter a mais ampla participação dos mais diferentes segmentos da sociedade, tendo em conta que a comida é o bem mais elementar que não deve faltar para um ser humano.

Ontem, fui à Confederação Nacional do Comércio, onde eles se engajaram no projeto Fome Zero. E passo parte do meu dia tentando convencer as pessoas de que, se acabar com a fome no mundo fosse fácil, a gente não teria tanta fome no mundo. É importante lembrar que governantes de 120 países estiveram na Itália, em 1996, e assumiram um compromisso de que em 2015 a fome estaria reduzida a 50% no planeta Terra.

Faz 10 dias que estive com o diretor-geral da FAO, aqui no Brasil, no Itamaraty. E ele me dizia que o fracasso dos governantes foi de tamanha grandeza que a previsão que era para 2015, passou, agora, para 2050.

E nós não vamos esperar nem 2015, nem 2050. A gente pode até não fazer tudo que a gente gostaria de fazer. Digo sempre que cada um de nós, sobretudo o Governo, precisa olhar para o povo como se estivesse olhando para o seu próprio filho. E quando uma mãe responsável ou um pai responsável olha para os seus filhos, ele pode até dizer para o filho: “Olhe, eu não posso fazer tudo o que você quer, mas você tem que ter a certeza de que estou fazendo tudo o que posso fazer para atender e lhe dar aquilo que você merece de melhor.”

É um pouco isso que retrata essa luta contra a fome. Não é fácil, até porque



também, muitas vezes, a gente não consegue nem detectar onde está o faminto e se aqueles que estão comendo, estarão comendo as calorias e as proteínas necessárias à qualidade de vida humana que as pessoas têm que ter. Eu, muitas vezes, me deparo com notícias, com comentários de que as coisas não estão andando, de que está demorando muito, como se fosse possível, num passe de mágica, fazer “assim” e acabar com a fome no país. Se fosse fácil assim, esse problema não teria ficado para nós. Alguém teria resolvido antes de nós.

E nós colocamos isso como coisa prioritária porque somente quem passou fome sabe o que é a fome. Uma coisa é a fome de literatura. Uma coisa é a fome de você saber, por ouvir dizer, que alguém está com fome. Outra coisa é a fome de quem passa fome. Outra coisa é uma dona de casa ver o sol se pondo, um fogão de lenha com uma boca só, um pedacinho de madeira queimando, um pouquinho de água fervendo e não ter 300 gramas de feijão para colocar naquela água, não ter o arroz, não ter o leite e muito menos o pão. E não é apenas um dia. São vários dias, durante vários meses e, às vezes, durante vários anos.

Lembro-me que, uma vez, fui à fazenda Macaxeira. Esse dado é muito sintomático, porque foi logo depois daquela chacina que houve em Eldorado dos Carajás. E lá foram assentadas centenas de famílias. Quando cheguei, as pessoas tinham recebido uma cesta básica. E as mulheres se acercaram, de mim e começaram a dizer: “Olhe, Lula, a única coisa boa que veio aqui foi o fubá, Lula, porque o arroz estava tão envelhecido que a gente colocava na palma da mão e virava farelo. O feijão, Lula, a gente coloca no fogo e coloca um prego junto. O prego derrete primeiro que o feijão, Lula. É quase impossível a gente comer.”

E, possivelmente, em muitos lugares do país, ainda aconteça isso. Lembro-me de um feijão que chegou à cidade de Diadema, que foi mandado para pesquisa no Instituto Adolfo Lutz. Das três remessas que chegaram, as três voltaram porque o feijão estava fora do ponto de comer.

Quer dizer, até quando vamos permitir que isso continue acontecendo, como se não fosse conosco? Até quando vamos continuar achando que a fome não é um



problema de quem não tem fome? A fome precisa ser transformada num problema político da maior envergadura, se a gente quiser resolvê-lo definitivamente.

É uma pena que os famintos não tenham força e nem a consciência política de se levantar contra a sociedade que come e dizer: “Eu existo. Eu também tenho o direito de comer.” A gente ouve muito se dizer “Ah, o povo tem que apanhar para aprender. Ah, tem que passar fome para aprender.” É a coisa que a gente mais ouve na gíria popular. “Não, a pessoa tem que passar fome para aprender.” E eu descobri, depois, na minha vida sindical e política, que a fome não leva nenhum homem e nenhuma mulher à revolução. Se fosse assim, que bom seria. A fome leva à submissão. A fome transforma o ser humano num pedinte, numa presa fácil na mão de determinados tipos de políticos que, no Brasil, se perpetuaram durante séculos, utilizando a fome como cabo eleitoral para se elegerem.

Nós só temos 4 anos de mandato. E acordo todo dia achando que, em 4 anos, a gente pode fazer muita coisa. A gente pode fazer muita coisa a cada dia. Nós nunca tivemos neste país a vontade, a disposição que a sociedade tem agora de fazer alguma coisa. Nunca. Eu nunca vi tantas pessoas se aproximarem de um Presidente da República, não para pedir um favor ou um emprego; o que as pessoas mais pedem para mim é saber como participar, para a gente poder recuperar este nosso país.

Acho que essa disposição da sociedade tem que ser canalizada pelo Consea, e agora estamos instalando, o Conselho Nacional. Mas precisamos criar os Conselhos Estaduais, os Municipais, porque é preciso criar uma consciência na sociedade de que um Governo pode fazer muito, mas, por mais que o Governo faça, ele não tem a mesma força que a sociedade terá, se ela quiser assumir para si a tarefa de cuidar disso. Acho que nós, do Consea, nós, do Governo e nós, da sociedade civil, precisamos estar sempre alertas porque, muitas vezes, somos muito exigentes conosco mesmos. Muitas vezes, exigimos de nós aquilo que é quase impossível a gente exigir, mas a gente exige, quase como se acordássemos todo dia querendo atingir a perfeição.



Eu queria pedir a vocês um pouco de humildade. Não vamos exigir de ninguém a perfeição, porque Deus não nos fez perfeitos. Ele nos fez errados do jeito que somos, para, de vez em quando, a gente pedir perdão; para, de vez em quando, a gente descobrir que errou; para, de vez em quando, a gente descobrir que tem limites. O que Ele quer de nós é que sejamos sabedores dos nossos limites, mas que trabalhemos 24 horas por dia, no limite dos nossos limites, para que a gente possa fazer o máximo que a gente puder fazer, a cada dia.

Fico imaginando cada um de nós deitar todo dia a cabeça no travesseiro, dizendo: “Hoje, vou dormir tranquilo porque cumpri o meu papel. Hoje, cumpri o meu papel de cidadão brasileiro que tem consciência política e que não se conforma que os seus semelhantes não tenham podido ter o mesmo que tive hoje: tomar café de manhã, almoçar e jantar.”

E sabemos que isso não é uma coisa simples. Por quê? Porque não depende apenas de dar comida. Estamos tentando dizer: a grande coisa do projeto Fome Zero é que a gente não quer dar o peixe. A gente quer ensinar a pescar. Mas também, se a gente não tiver piedade de quem não conseguiu pescar ou não aprendeu ainda e não lhe der um peixinho, vai ficar muito ruim.

Então, neste momento, em que estamos combinando políticas estruturais, com ações inclusive de solidariedade, temos que acreditar piamente na sociedade civil. Nós não podemos ficar exigindo ou criando dificuldades para a sociedade civil participar. Ela é a razão pela qual a gente vai conseguir acabar com a fome neste país. Não será o Governo. O Governo pode e vai fazer a sua parte. As mudanças estruturais deste país vão acontecer. Mas isso é que nem colher uma fruta. Não adianta a gente, por pressa, colhê-la verde, porque a gente vai comer, não vai gostar e vai jogar fora.

E nós estamos num processo de amadurecimento. Porque todo mundo sabe que nós precisamos fazer as coisas de forma diferente do que vinha sendo feito neste país. Todo mundo sabe que nós precisamos de um outro modelo econômico. Todo mundo sabe que nós precisamos reduzir a taxa de juros. Todo mundo sabe



que nós precisamos fazer a reforma agrária, gerar emprego, fazer política agrícola. Foi para isso que nós ganhamos. Foram esses compromissos que nós assumimos em praças públicas. E são esses compromissos que nós queremos cumprir. E vamos cumpri-los, podem ficar certos de que vamos cumpri-los.

E começaremos a cumpri-los na hora que a gente puder afirmar, não importa o dia, mas puder, em algum instante, avisar, em algum lugar do mundo: “No meu Brasil as pessoas não conseguiram ainda todas comprar computador. No meu Brasil, todas as pessoas não podem ainda viajar de avião”. Ou, até dizer: “No meu país todas as pessoas não conseguiram ainda chegar à Universidade”. Ou: “No meu país as pessoas não conseguiram ainda comprar o seu primeiro ou o seu segundo carro”. Mas nós temos que dizer: “No meu país, todas as pessoas que lá moram tomam café, almoçam e jantam todo dia”. É isso que a sociedade espera de nós e é com isso que, eu acho, o Consea poderá contribuir para a gente fazer, definitivamente.

Quero agradecer a todos vocês, com carinho, pela dedicação de cada um. Porque não é fácil tanta gente boa trabalhar de graça, apenas por amor à causa. Quero agradecer a todos os ministros, que estão aqui, todos, sem distinção: Ciro, Rossetto, Roberto Rodrigues, Marina, Emília, Cristovam, Wagner, Humberto Costa.

Mas todos são sabedores, não apenas porque isso faz parte do ideário deste Governo, mas porque faz parte do compromisso de vida deles. E todo o Governo pode ficar certo: do Presidente da República ao mais humilde funcionário deste país, todos terão que dedicar um bom tempo da sua causa, para que a gente possa, de uma vez por todas, acabar com a fome.

Muito obrigado e boa sorte para vocês.

/mcpro/lrj